



supel comissão &lt;supel.kappa@gmail.com&gt;

**RESPOSTA AO OFÍCIO Nº 101/2020/CRA/RO/FISC.**

1 mensagem

supel comissão &lt;supel.kappa@gmail.com&gt;

19 de fevereiro de 2020 08:58

Para: CRA-RO/Fiscalização &lt;fiscalizacao2@craro.org.br&gt;

Bom dia!

Segue abaixo a resposta do seu Ofício.

Att.  
Equipe KAPPA/SUPEL.**TERMO DE RESPOSTA AO OFÍCIO Nº 101/2020/CRA-RO**

-

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0032.174696/2019-51/SEJUCEL/RO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 250/2019/KAPPA/SUPEL/RO.**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Vigilância Patrimonial preventiva, ostensiva e armada, que compreenderá, além da mão de obra exclusiva, o fornecimento de todos os materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços, a serem prestadas na unidade administrativa da Superintendência Estadual da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer - SEJUCEL.

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL, através de sua Presidente, designada por força das disposições contidas na Portaria nº 192/CI/SUPEL, publicada no Diário Oficial do Estado de Rondônia, edição do dia 13 de setembro de 2019, atentando para as **RAZÕES DE SOLICITAÇÃO DE EXIGÊNCIA DE REGISTRO NO CRA-RO**, enviada via e-mail pelo **DIRETOR DE FISCALIZAÇÃO E REGISTRO CRA-RO**, pugnando o Edital da licitação em epígrafe, passa a analisar e esclarecer o que adiante segue.

**I – DA ADMISSIBILIDADE**

Tendo sido encaminhado o pedido em 13/02/2020, considerando que a data de abertura da Sessão Inaugural estar agendada para o dia 27/02/2020, às 09h00min (horário de Rondônia), portanto, recebe e conhece do **OFÍCIO** interposto, por reunir as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade, sendo considerado **TEMPESTIVO**.

**II – DO MÉRITO – DOS QUESTIONAMENTOS E DAS RESPOSTAS:**

Inicialmente cabe ressaltar que, a lei conferiu à Administração, na fase interna do procedimento, a prerrogativa de fixação das condições a serem estabelecidas no instrumento convocatório, seguindo critérios de conveniência e oportunidade de acordo com o objeto a ser licitado e sempre balizado pelo interesse público e normas cogentes.

Outrossim, a Administração não pode realizar contratações aventureiras, tendo o dever de zelar pela segurança e pela regularidade das ações administrativas, a fim de que não reste qualquer prejuízo à consecução do objeto contratado.

Pois bem. Considerando que o Edital é elaborado com informações subsidiárias da Pasta Gestora, através do Termo de Referência, o pedido em questão foi encaminhado para manifestação da **SEJUCEL/RO**, visto que essa que detém de conhecimento técnico, defini o objeto da licitação e tem pleno conhecimento dos serviços que pretende contratar, assim, com base nas informações prestadas pela Pasta de Origem, apresentamos os seguintes **esclarecimentos**.

**1) Questionamento** – “Em síntese, requer o Conselho Regional de Administração que seja incluída no Edital do Pregão Eletrônico nº 250/2019, a obrigatoriedade de Registro Cadastral no referido Conselho das empresas participantes do certame licitatório, bem como o registro dos Atestados de Capacidade Técnica.”

## **RESPOSTA DA SEJUCEL:**

### **1) [...]**

*O objeto do certame licitatório é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de vigilância patrimonial preventiva, ostensiva e armada, que compreenderá, além da mão de obra exclusiva, o fornecimento de todos os materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços, a serem prestadas na unidade administrativa da Superintendência Estadual da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer - SEJUCEL.*

*O art. 30 da Lei nº 8.666/1993, traz o rol exaustivo de documentos de qualificação técnica exigidos para o licitante habilitar-se no certame, e para que seja verificado da capacidade técnica destes.*

*Além disso, impõe limites para as exigências contidas nos editais de licitação, para que a competitividade do certame não seja comprometida.*

*Contudo, a lei não impõe a obrigatoriedade de ser exigido nos instrumentos convocatórios todos os documentos ali previstos. Assim, ficando à critério da Administração, de acordo com as peculiaridades de cada objeto, a definição de quais documentos elencados em lei, são imprescindíveis para a demonstração da aptidão da licitante.*

*Nesse sentido, Marçal Justen Filho leciona:*

*O elenco dos arts. 28 a 31 deve ser reputado como máximo e não como mínimo. Ou seja, não há imposição legislativa a que a Administração, em cada licitação, exija comprovação integral quanto a cada um dos itens contemplados nos referidos dispositivos. O edital não poderá exigir mais do que ali previsto, mas poderá demandar menos. (Marçal Justen Filho. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 13 ed. P. 386).*

*A respeito, o Tribunal de Contas da União já se posicionou no sentido de que a exigência quanto ao registro em entidade profissional deve guardar estrita relação com a atividade-fim dos licitantes, indicando uma alteração de entendimento. Vejamos:*

**Acórdão 4608/2015 - Primeira Câmara**, TC 022.455/2013-2, relator Ministro Benjamin Zymler, 18.8.2015.

*8. A jurisprudência desta Corte de Contas vem se assentando no sentido de não ser exigível das empresas de locação de mão de obra o registro nos Conselhos Regionais de Administração – CRA para a participação nas licitações da administração pública federal. **Somente nos casos em que a atividade fim das empresas licitantes esteja diretamente relacionada à do administrador é que a exigência de registro junto a Conselho Regional de Administração se mostra pertinente. Não é o caso da contratação de serviços de vigilância armada objeto do pregão em questão.** (v.g. Acórdãos 2.475/2007, 1.449/2003 e 116/2006, todos do Plenário e Acórdão 2.308/2007 - 2ª Câmara.)*

*9. Tal entendimento vai ao encontro do comando do art. 37, inciso XXI, da Constituição. **Esse dispositivo estabelece que, nas licitações, somente se pode fazer exigências de qualificação técnica e econômica***

***indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações que deverão ser assumidas pela futura contratada.***

*10. Ademais, conforme ressaltou a unidade técnica, a obrigatoriedade de inscrição de empresas em determinado conselho é definida segundo a atividade central que é composta pelos serviços da sua atividade fim, nos termos do art. 1º da Lei 6.839/1980. Dessa forma, os mencionados arts. 2º, alínea “b”, 14 e 15 da Lei 4.769/1965, que dispõem sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração, não impõem às empresas que exploram atividade de prestação de serviços de vigilância o registro na entidade competente para a fiscalização do exercício da profissão de administrador. (Grifou-se)*

*Dessa forma, e sem delongas, esta Procuradoria manifesta-se no sentido de não ser pertinente incluir do edital de licitação a exigência de registro junto ao Conselho Regional de Administração, uma vez que o objeto da contratação em tela não envolve atividade-fim de administração, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União.*

Desta forma, levando em conta às informações trazidas à baila pela Pasta interessada, julga-se sanado o **pedido de Solicitação de exigência de registro no CRA-RO.**

Informamos que foi elaborado Adendo Modificador I, com nova data de abertura marcada para o dia 06 de março de 2020, às 11:00 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).

Colocamo-nos a disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessário.

Porto Velho (RO), 19 de fevereiro de 2020.

**IZAURA TAUFMANN FERREIRA**  
Pregoeira da Equipe KAPPA/SUPEL/RO  
Matrícula nº 300094012

--

**EQUIPE KAPPA/SUPEL/RO**

**Complexo Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos - 2º Andar**

**Porto Velho, Rondônia.**

**(69) 3212-9267**